DOI: http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p131

Coordenação na Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Territorial: o caso das indicações geográficas para o café

Mara Elena Bereta de Godoi Pereira[1]
Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani[2]
Sandra Mara Schiavi Bankuti[3]
Giuliana Aparecida Santini Pigatto[4]

Resumo

As Indicações Geográficas (IGs) são registros que garantem a qualidade e a reputação de um produto, ligando-o à sua origem, reduzindo as assimetrias informacionais e protegendo o território das ações oportunistas. Considerando as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares para acessar mercados, esta pesquisa analisou como esses registros favorecem a coordenação do sistema agroalimentar de café na agricultura familiar e quais suas contribuições para o desenvolvimento territorial, especificamente nos territórios da Mantiqueira, em Minas Gerais, e no Norte Pioneiro do Paraná. A Nova Economia Institucional sustentou a análise da compreensão da coordenação vertical, considerando a escolha da estrutura de governança eficiente. Já a abordagem de Sistemas Agroalimentares Localizados auxiliou na compreensão da coordenação horizontal e do desenvolvimento territorial. Um estudo de casos múltiplos foi realizado, cujos resultados apontaram que a Indicação Geográfica contribui, principalmente, para a coordenação horizontal na medida em que reforça os laços entre os atores sociais que compõem o território.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Indicações geográficas. Coordenação. Desenvolvimento territorial.

1 Introdução

A agricultura familiar no Brasil tem sido importante objeto de estudos por ser, entre outros fatores, fornecedora de produtos de primeira necessidade

1 *Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento pela Faculdade de Ciências e Engenharia, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Campus Tupã/SP. E-mail: mara@tupa.unesp.br.*

2 *Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos(UFSCAR), Faculdade de Ciências e Engenharia, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Campus Tupã/SP.. E-mail: anaelisa@tupa.unesp.br.*

3 *Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos(UFSCAR), Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: sandraschiavi@gmail.com.*

4 *Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR),Faculdade de Ciências e Engenharia, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Campus Tupã/SP. E-mail: giusantini@tupa.unesp.br.*

(BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003). Isso permite que ela participe do comércio de produtos in natura ao abastecer o mercado interno e também do mercado de insumos, por meio do fornecimento de matéria-prima para a indústria de produtos processados (GUILHOTO et al., 2007).

Contudo, o agricultor familiar encontra várias dificuldades na gestão da propriedade rural e na sua inserção em cadeias agroindustriais. Na literatura, verifica-se que os fatores de acesso ao crédito, às inovações e à tecnologia colocam os produtores familiares numa posição competitiva desfavorável para o acesso a grandes mercados (BUAINAIN; PIRES, 2003; VIEIRA FILHO, 2014). A sucessão geracional desse segmento é discutida por Kiyota e Perondi (2014), os quais verificaram que os interesses pessoais dos filhos dos agricultores familiares nem sempre estão na continuidade da atividade da família. Já Poulton, Dorward e Kydd (2010) indicam que, para conseguir atender à demanda dos consumidores por alimentos seguros e de qualidade, é necessário que o agricultor familiar transponha as dificuldades de acesso a insumos, de acesso a informações técnicas e de informações sobre o mercado. Wilkinson (2008) considera que o acesso ao mercado pode ser alcançado pela agricultura familiar por meio de produtos "coloniais" ou associados à produção artesanal, cuja qualidade está atrelada ao saber-fazer e à tradição. Nesse caso, segundo o autor, o desafio está, para o agricultor familiar, no gerenciamento e na comercialização.

Considerando o acesso a mercados, as Indicações Geográficas (IGs) podem se tornar uma estratégia para facilitar a agregação de valor e o acesso a canais de comercialização, trazendo a possibilidade de aumento de renda e bem-estar individual. Tal estratégia deve promover o desenvolvimento territorial na medida em que recursos locais e produtos típicos de um território são valorizados (BRASIL, 2010). Segundo o Acordo TRIPS (em inglês, Agreementon Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), IGs são indicações que identificam um produto como originário do território de um Membro (da Organização Mundial do Comércio), ou região ou localidade desse território, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída à sua origem geográfica (BRASIL, 1994).

No Brasil, há 53 registros atualmente, sendo 45 nacionais e oito estrangeiros[5]. Os produtos registrados podem ser in natura ou processados, havendo também registro para serviços. As regiões protegidas por registros de IGs estão concentradas no Sul, Sudeste e Nordeste do país. Considerando os registros de IG para o café, segundo o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), encontram-se quatro regiões protegidas: a Região do Cerrado Mineiro, a Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais, o Norte Pioneiro do Paraná e a Alta Mogiana em São Paulo (INPI, 2015).

Para acessar o uso do registro de IG, faz-se necessário atender aos requisitos contidos em normas registradas no INPI, determinadas pelos agentes de um dado território e que compõem uma entidade representativa da coletividade. Esse atendimento aos requisitos pode levar os produtores à necessidade de especialização e de realização de investimentos para garantir o atendimento aos requisitos e acesso ao uso do registro, segundo Mafra (2008). Considerando que a IG é ligada ao território e que esta assegura determinados atributos, os ativos envolvidos nas transações tendem a serem específicos, assim, os investimentos realizados para alcançar essa diferenciação nem sempre são recuperáveis. Tal característica faz com que o produtor rural necessite adotar estruturas de governança mais complexas, visando à minimização dos custos de transação.

A adoção de estruturas de governança alinhadas às características das transações e dos agentes promove a coordenação vertical entre os diversos agentes que compõem o território com registro de IG. A coordenação eficiente permite que as informações decorrentes da transação sejam recebidas, processadas, difundidas e utilizadas por toda a cadeia produtiva, alinhando as estratégias de governança (FARINA, 1999). Assim sendo, a coordenação se torna capaz de reduzir os custos de transação e promover eficiência e eficácia para a cadeia produtiva.

Se, por um lado, as IGs devem promover o desenvolvimento territorial como afirmado em Brasil (2010), estudos realizados sobre IGs e o desenvolvimento territorial no sul do país verificaram situações de consequências negativas relacionadas às IGs. Froehlich et al. (2010) e Champredonde et al.

5 *Dado atualizado em 21 de dezembro de 2015 (INPI, 2015).*

(2014) verificaram que os agricultores familiares da região do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, detentora do registro de IG, têm dificuldades de acessar o uso do registro, pois não conseguem cumprir as normas definidas no protocolo de registro. Contudo, os autores Schmidt, Saes e Monteiro (2014) observaram consequências positivas no uso do registro de IG para a região do Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, e Lourenzani et al. (2013) observaram consequências positivas para os produtores de café em regiões brasileiras com registro de IG. Dessa maneira, pesquisar regiões brasileiras detentoras do registro de IG contribui para a compreensão do seu reflexo no fortalecimento da agricultura familiar e no desenvolvimento territorial.

Sob a ótica do desenvolvimento territorial, a coordenação dos atores sociais, ou seja, a coordenação horizontal é um ponto chave para a organização dos Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL). Tal abordagem tem sido utilizada para compreender como pequenas agroindústrias rurais têm superado, por meio da tecnologia e do saber-fazer local, as dificuldades inerentes à evolução tecnológica e de consumo (MUCHNIK, 2012; BOUCHER; MUCHNIK, 1995). Ao identificar um produto ou uma cesta de produtos que estão fortemente vinculados ao território, o SIAL pode vir a ser utilizado como ferramenta de desenvolvimento do mesmo (MUCHNIK, 2012). Um produto oriundo de um SIAL pode transmitir ao consumidor informações inerentes ao território, tais como a identidade e valorização do saber-fazer e da cultura local, do resgate da história local, da paisagem, da preocupação com o meio-ambiente, o que o torna um ativo com especificidade territorial, afirmam Ambrosini, Filippi e Miguel (2008). Segundo os autores, para que haja eficácia dessa abordagem no desenvolvimento do território, é importante haver confiança entre os diversos atores sociais que o compõem, permitindo, assim, o compartilhamento de conhecimento e, consequentemente, a coordenação da cadeia agroalimentar.

Considerando o desenvolvimento territorial, Niederle (2009) afirma que há controvérsias em torno das IGs serem um instrumento eficaz para promovê-lo. Para ser um instrumento de desenvolvimento territorial, a IG deverá formar uma rede entre os diversos atores que compõem o território. Se o seu uso for apenas setorial, serão beneficiados apenas os produtores mais capitalizados e que conseguem apropriar-se da renda gerada pela agregação de valor ao produto. Mas, segundo o autor, ocorrendo cooperação entre os diversos

atores e o fluxo de informações entre eles for livre, todos serão beneficiados e o território será desenvolvido.

Uma estratégia para que o café brasileiro seja aceito e valorizado nos mercados é a diferenciação por meio da qualidade do produto. Segundo Teuber (2010) e o Bureau de Inteligência Competitiva do Café (2014), há uma crescente demanda mundial do consumo de cafés especiais, nos quais se incluem os certificados (Fair Trade e orgânicos), os cafés gourmet e os cafés que remetem a uma origem, o que justifica os investimentos em IGs. Nos Estados Unidos, conforme menciona a Speciality Coffee Association of America (SCAA), o consumo de cafés especiais em 2014 ultrapassou o consumo de cafés comuns, alcançando 51% do mercado norte americano (SCAA, 2015).

Apesar de todos os produtores contidos no território com IG terem o direito de uso do uso do registro, somente aqueles que atendem aos requisitos determinados previamente podem utilizá-lo. Isso pode influenciar na coordenação da cadeia desse sistema agroalimentar, gerando impactos positivos ou negativos no desenvolvimento rural (FROEHLICH et al., 2010; LOURENZANI et al., 2013; CHAMPREDONDE et al., 2014; SCHMIDT, SAES, MONTEIRO, 2014).

Nesse contexto, o objetivo principal desta pesquisa é analisar como os registros de IGs favorecem a coordenação do sistema agroalimentar de café na agricultura familiar e quais suas contribuições para o desenvolvimento territorial, especificamente das regiões da Serra da Mantiqueira, em Minas Gerais, e o Norte Pioneiro do Paraná.

Este artigo está divido em cinco seções, considerando esta Introdução. Na Seção 2, encontram-se as quatro vertentes relevantes para a constituição do referencial teórico: a Agricultura Familiar, as Indicações Geográficas, a teoria da Nova Economia Institucional (NEI), especificamente no tocante ao Ambiente Institucional e a Economia dos Custos de Transação (ECT), e a abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL). Na Seção 3 é descrita a metodologia utilizada com as delimitações da pesquisa. Os resultados e discussões considerando o objetivo proposto são expostos na Seção 4 e, por fim, na Seção 5, são realizadas as considerações finais com as contribuições, limitações e sugestões de pesquisas futuras.

2 Referencial teórico

A Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) define a agricultura familiar como aquela que realiza as mais diversas atividades agrícolas, tendo como base a família no gerenciamento da propriedade e que tem como principal fator de mão de obra os membros que a constituem (FAO, 2015). Segundo Wanderley (2001), as simultaneidades da posse dos meios de produção e da responsabilidade por realizar os trabalhos na propriedade caracterizam o agricultor familiar e o distinguem dos demais. Todavia, a autora ressalta que o fato de ser familiar imprime peculiaridade em sua maneira de agir econômica e socialmente.

O universo da agricultura familiar é heterogêneo e vários são os fatores que determinam suas diferenças, tais como as denominações regionais, a maneira como decidem o que e quando produzir, a gestão da propriedade e a relação com o mercado, ações estas fortemente ligadas aos laços de consanguinidade e parentesco (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008). Outras características encontradas na literatura e que indicam a heterogeneidade do segmento são a paisagem agrária e o acesso à renda, que diferem em cada região brasileira (GUANZIROLI et al., 2001; BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

Para operacionalizar o acesso dos produtores às políticas públicas e enquadrá-los às normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), foi sancionada a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Essa lei define os critérios para enquadrar agricultor familiar (BRASIL, 2014).

Wanderley (2001) afirma que a agricultura camponesa tradicional também é uma das formas sociais de agricultura familiar, pois ela está alicerçada no tripé família-produção-trabalho, diferenciando-se da agricultura familiar por meio da maneira como realiza suas atividades econômicas. Abramovay (1998) ressalta que o camponês realiza uma integração parcial com mercados incompletos. Ou seja, este segmento que produz visando ao seu próprio sustento, comercializa o excedente de sua produção sujeitando-se a receber o que o mercado está disposto a pagar, pois a comercialização não é o seu objetivo. Isto poderia fadá-lo à aniquilação, contudo, na medida em que aprimora sua relação com o mercado, surge um novo segmento: o agricultor familiar.

Na literatura, verifica-se que a agricultura familiar desempenha importante papel na economia. Ela é importante para a manutenção da diversidade de alimentos, pois a diversidade proveniente da produção familiar é de extrema relevância para garantir a diversidade genética dos alimentos, contrapondo a homogeneização da produção alimentícia mundial (KHOURY et al.; 2014). No que diz respeito à geração de renda, destacam a importância da agricultura familiar como elemento para a geração de riqueza que contribui para o crescimento da economia do país ao fornecer de matéria-prima para a indústria brasileira de alimentos processados (GUILHOTO et al., 2007). Ela também consegue alcançar níveis superiores de renda agropecuária por explorar com intensidade os recursos disponíveis (terra, água, mão de obra), mesmo que estes recursos sejam escassos (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

Contudo, a agricultura familiar tem encontrado desafios para se manter na atividade agrícola, dentre os quais se podem citar: a) a escassez de mão de obra, que pode se dar pela redução do número de filhos, os quais, por sua vez, são atraídos para os centros urbanos, ou pela mecanização e utilização de insumos químicos que contribuíram para a redução da utilização da mão de obra (BLUM, 2001; BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003; KIYOTA; PERONDI, 2014); b) o acesso ao crédito, necessário para investir em insumos, equipamentos e instalações (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003); c) a capacidade empresarial, quando apresentam dificuldades para gerenciar sua produção e propriedade, levando ao insucesso de projetos mal concebidos e desenvolvidos, desconhecimento ou mau controle dos custos de produção (BLUM, 2001; LOURENZANI; SOUZA FILHO, 2005); d) o baixo acesso à inovação tecnológica, com dificuldade em adotar novas técnicas de cultivo e manejo, bem como de armazenamento ou de transporte adequado da produção, ou de acesso aos insumos agrícolas, apresentados devido à oferta sazonal ou pela utilização técnica ineficiente dos mesmos (POULTON; DORWARD; KYDD, 2010; VIEIRA FILHO, 2014); e) o acesso a serviços, tais como a assistência técnica, a extensão rural, os serviços de meteorologia e de comercialização (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

Com o intuito de conseguir superar esses desafios, a agricultura familiar tem encontrado nas ações coletivas a possibilidade de ultrapassar as dificuldades que advêm da baixa escala de produção, do acesso ao crédito, da

comercialização, da possibilidade de agregação de valor ao produto, do acesso aos serviços, bem como conseguir monitorar a rastreabilidade a um custo menor (BLUM, 2001; POULTON; DORWARD; KYDD, 2010). Para tanto, algumas estratégias de coordenação podem ser utilizadas visando ao seu fortalecimento. Segundo Poulton, Dorward e Kydd (2010), essa coordenação pode ser: a) vertical, ao longo de uma cadeia de suprimentos, minimizando ações oportunistas por meio da repetição contratual entre os agentes pertencentes à cadeia; b) horizontal, entre os agentes que possuem a mesma função na cadeia de suprimentos; c) complementar, com aqueles agentes ou instituições que fornecem serviços que complementarão o bom desempenho da cadeia; e d) focal, quando um único prestador de serviços fornece um pacote completo de serviços pré e pós-colheita para os agricultores familiares.

A coordenação também pode ser alcançada por meio de estratégias e ferramentas de gestão que promovam o fluxo de informações e influenciem o comportamento dos agentes ao longo das cadeias agroindustriais. Esta pode se dar por meio de ações coletivas, coordenação vertical com grandes redes varejistas, ou por meio das certificações de alimentos (LOURENZANI, 2006; MAERTENS; SWINNEN, 2008; DÖRR; GROTT, 2009).

No tocante às certificações de alimentos, estas podem agregar valor ao produto caso o consumidor reconheça que o mesmo foi concebido levando-se em consideração a segurança e a qualidade, dentre outros requisitos. Isto minimiza a assimetria de informação, contribui para a redução dos custos de transação e pode possibilitar o acesso ao mercado internacional (DÖRR; GROTT, 2009). Contudo, quando não conseguem atender às exigências impostas por elas, as certificações tornam-se fatores de exclusão de pequenos agricultores.

Já os registros que identificam IGs são tratados como potenciais instrumentos de promoção da agricultura familiar, dada a possibilidade de qualificar e valorizar um produto, sobre tudo em regiões que se destacam pela notoriedade de um produto e que necessitem desenvolver-se localmente. Além de promover o agricultor familiar, as IGs podem ser instrumentos de proteção da biodiversidade, da agricultura e do território (CERDAN, 2013).

As IGs constituem-se em estratégias para qualificar um produto por meio de sua origem, atreladas ao enraizamento sociocultural e que não é passível

de ser transferido por trazer em si ativos intangíveis (NIEDERLE, 2009). Os produtores e os consumidores percebem que determinado produto de uma região apresenta uma qualidade diferenciada dada pela tipicidade do modo de produção ou por fatores climáticos e culturais, e que não se encontra em outra região. Por ser um produto típico, sua notoriedade passa a ser definida e o mesmo absorve o nome geográfico que o distingue dos demais produtos similares (CERDAN, 2013).

A proteção obrigatória das IGs no mundo é dada pelo Acordo TRIPS e é obrigatório para todos os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), sendo o Brasil um de seus 153 países membros. Esse acordo prevê, no parágrafo 2º, do art. 22, que os membros poderão estabelecer legislação própria para efetivar a proteção (BRASIL, 1994). Assim sendo, no Brasil foi criada a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula os direitos e as obrigações relativas à propriedade industrial (BRASIL, 1996).

Segundo essa Lei, o registro de IG é concedido pelo INPI às entidades representativas da coletividade do território em questão, podendo ser eventualmente concedido a um único produtor ou prestador de serviço (BRASIL, 1996), sendo dividido em duas classificações:

a) Indicação de procedência (IP): indica o nome de determinada região geográfica reconhecida pela produção de ou fabricação de determinado produto ou prestação de determinado serviço;

b) Denominação de origem (DO): indica o nome de determinada região geográfica cujo produto ou serviço se deva essencialmente ao meio geográfico, incluindo os fatores humanos e naturais.

As IGs apresentam como funções principais a agregação de valor ao produto e a proteção da região produtora ao promover a herança histórico-cultural da região, que, por sua vez, proporciona notoriedade ao produto que é produzido em um sistema de produção único e padronizado, contendo elementos culturais e tradicionais delimitados em uma única região (GIESBRECHT et al., 2014). Segundo Niederle (2012, p. 169), "[...] os projetos de IG estão construindo conhecimentos, identificando terroirs, redefinindo práticas produtivas e catalisando novas estruturas organizacionais e institucionais". Assim sendo, as IGs deixaram de ser somente instrumentos de proteção contra falsificações e de reconhecimento, e passam a ser uma proteção do saber-fazer tradicional de uma determinada região.

As IGs podem proporcionar aos territórios, em sua totalidade, inúmeros benefícios que podem ser: (a) de ordem econômica, com abertura para novos mercados e agregação de valor; (b) de ordem social e cultural, por meio de inserção de produtores desfavorecidos, geração de empregos, valorização da cultura; (c) de ordem ambiental, com a preocupação de se preservar o meio ambiente por meio de práticas produtivas sustentáveis e proteção da paisagem local (BRASIL, 2010).

Schmidt, Saes e Monteiro (2014), ao analisarem o papel da IG na indústria vinícola do Vale dos Vinhedos, Rio Grande do Sul, verificaram que, além do impacto positivo nas vendas de vinhos finos e influência na venda de vinhos comuns, as seguintes externalidades ocorrem: reconhecimento do Vale dos Vinhedos como uma marca, a criação de valor para o setor de turismo, fortalecimento do comércio local e geração de empregos; aumento do valor da terra e também da preocupação com a preservação do meio ambiente e com o embelezamento das propriedades rurais.

Froehlich et al. (2010), por sua vez, verificaram na mesma região que a IG tem despontado como estratégia relevante para o desenvolvimento do território como um todo, inclusive para os agricultores familiares. Diversos são os atores que participam da promoção e divulgação do território por meio da venda dos vinhos finos, bem como do turismo gerado em torno do produto. Mas algumas dificuldades são enfrentadas, tais como: ação mercadológica e setorial restrita da associação que representa os diversos atores com visão individualista das vinícolas, assimetria de poder e de benefícios econômicos. Já no Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, os autores verificaram que os atores são, em sua maioria, grandes pecuaristas e que essa estratégia está voltada para um segmento do mercado de alimentos com altos padrões determinados, o que leva à exclusão dos pequenos produtores familiares.

Ortega e Jesus (2012), ao analisarem o Programa de Certificação do Café do Cerrado, verificaram que, além de agregar valor ao produto e possibilitar o recebimento de um preço superior, os agricultores apontaram que a IG possibilitou melhorias na produção que refletem na preservação do meio ambiente e dos direitos dos trabalhadores; colaborou para o aumento da competitividade e para o acesso a mercados nacionais e internacionais que reconhecem este tipo de diferenciação pela origem, além de facilitar o ajuste às normas legais e às tendências do mercado.

Kaplinsky e Fitter (2004) afirmam que essa estratégia de diferenciação do café surgiu na busca de proteger os países produtores do café commodity das quedas de preço ocorridas e que tem prejudicado principalmente os países cujo produto é o seu principal item de exportação. Segundo o Bureau de Inteligência Competitiva do Café (2014), a Colômbia é o país que se destaca na produção e proteção de seu café por meio de IGs, que se tornou estratégia de marketing e de agregação de valor. Várias são as regiões colombianas com Denominação de Origem Protegida e as ações coletivas nesse país têm se mostrado determinantes para o sucesso dessa estratégia. Teuber (2010), em análise de mercados internacionais de café, verificou que o mercado de café de origem única encontra-se em franca expansão e que essa diferenciação garante um preço prêmio maior. Por isso, para pequenos países produtores de café, tais como El Salvador, Honduras e Nicarágua, essa estratégia é importante devido à dificuldade de competir em volume de produção com os grandes produtores de café commodity.

De acordo com o exposto, a diferenciação do café por meio da certificação e registros de origem possibilita o acesso aos mercados para aqueles produtores capazes de cumprir os requisitos estabelecidos. Entretanto, é relevante analisar as transações entre produtores e cooperativa e seus canais de distribuição e a coordenação. A teoria da NEI serviu de base para as análises, buscando compreender como os registros de IG podem promover a redução dos custos das transações e a coordenação entre os agricultores familiares e seus canais de distribuição, uma vez que é capaz de sinalizar informações, reduzir assimetria informacional e incerteza, contribuir para a construção da reputação, dentre outros. Para compreender quais as contribuições da coordenação no desenvolvimento dos territórios com registro de IG para café, utilizou-se a abordagem Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL).

A abordagem SIAL é definida como:

> [...] organizações de produção e de serviço (explorações agrícolas, empresas agroalimentares, empresas comerciais, restaurantes) associadas, por suas características e seu funcionamento, a um território específico. O meio ambiente, os produtos, as pessoas, suas técnicas, seus comportamentos alimentares, suas instituições e suas redes de relação se combinam em um território para produzir uma forma de organização agroalimentar em uma escala espacial dada. (MUCHNIK, 1996; MUCHNIK; SAUTIER, 1998 apud MUCHNIK, 2012).

Essa coalizão entre as diversas organizações proporciona então a geração de produtos e de serviços cujas características e modos de produção estão estreitamente ligados a um território específico (MUCHNIK, 2006, 2009). Ao considerar as interações entre as pessoas, o ambiente, as instituições, o saber-fazer e o consumo de alimentos, essa abordagem busca promover o desenvolvimento econômico, rural e social em regiões específicas (LOURENZANI; BANKUTI; PETERSON, 2013). Assim sendo, o SIAL pode ser visto como uma ferramenta institucional a ser utilizada pelos órgãos públicos para a construção de programas e que pode ser aplicado em territórios que possuem produtos com tradição histórica ou com recente destaque, para consumo local ou destinado à exportação (MUCHNIK, 2012).

Para que haja o desenvolvimento local, Specht e Rückert (2008) afirmam que é necessário que os diversos atores presentes no território em questão estejam dispostos a trabalhar em conjunto, visando ao aprimoramento da reputação local, por meio do saber-fazer local, da preocupação com o meioambiente e com a preservação da cultura local. Por isso, os atores devem se sentir pertencentes ao território e transformando-o segundo as diretrizes e os valores nos quais acreditam (MUCHNIK, 2012).

Sobre o sentimento de pertencimento, Froehlich e Vendruscolo (2011) afirmam que ele está ligado à noção de identidade. Quando, em um grupo de indivíduos, há o compartilhamento e o reconhecimento de símbolos e significados comuns a todos, os envolvidos passam a se sentir pertencentes a esse grupo, havendo a possibilidade de se colocar na posição do outro. A identidade territorial, segundo os autores, está ligada também aos recursos materiais e imateriais de um dado território, que imprime relações sociais, modo de produção e cultura específicas. Para Roca e Mourão (2003), esses recursos materiais (biofísicos) ou imateriais (cultura, tradição, saber-fazer) podem ser mutáveis ao longo do tempo. Contudo, a originalidade e a singularidade expressada imprimem a identidade do território. Para tanto, os autores consideram o conceito de identidade territorial como o conjunto de elementos característicos específicos de um determinado local, distinguindo-os dos demais territórios.

Cazella (2011) ressalta a importância da ação coletiva local que deve contemplar o desejo de todos os atores sociais em promover o desenvolvimento territorial e não somente o desejo de alguns. O Estado também tem um papel

importante nesse processo, pois deve proporcionar equilíbrio ao território, considerando as falhas do mercado e também fornecendo assistência técnica.

Os recursos de um dado território podem ser transformados em um ativo específico ao serem identificados e valorizados por sua ligação intrínseca com a identidade territorial, a paisagem local, o saber-fazer e a história compartilhada, o que leva o ativo a ser considerado um patrimônio cultural, e constituindo-se em um meio de geração de renda. Essa identificação com o território faz com que o próprio território seja o "produto" comercializado (VIEIRA; CAZELLA, 2006; AMBROSINI; FILIPPI; MIGUEL, 2008). No caso das IGs, verifica-se essa especificidade, pois aquele produto ou serviço perderá suas características caso haja a tentativa de reproduzi-lo em outro local, dada a sua ligação com o território.

Cazella (2011) traz como sinônimos o significado de desenvolvimento local e desenvolvimento territorial. A noção de território constitui-se não somente pelo espaço geográfico delimitado, mas também pela construção do território a partir do uso coletivo do espaço e do sentimento de pertencimento gerado nos atores na medida em que se busca, de maneira coordenada, o desenvolvimento (VIEIRA; CAZELLA, 2006).

Cazella (2011) destaca três principais características do desenvolvimento local: a) o processo é endógeno, pois se valoriza as potencialidades do que é particular ao território, e busca-se compartilhar com a maioria da população local o usufruto do desenvolvimento gerado; b) há interdependência com redes diversificadas, dada à necessidade de extrapolar o âmbito do território e relacionar-se com atores sociais e organizações externas; e c) é um processo coletivo, então necessita que os objetivos atendam aos interesses da coletividade, considerando os valores compartilhados pelos atores sociais.

Abramovay (2003) considera o desenvolvimento territorial por meio de três características básicas: a) existência de empresas familiares em um dado território, com forte interação entre as mesmas; b) colaboração entre indivíduos e empresas, proporcionando um ambiente de inovação e de troca de informações; c) integração entre o ambiente urbano e rural do território em questão.

Considerando a agricultura familiar, Medina et al. (2015) destacam três fatores que contribuem para o sucesso da mesma: a) os ativos disponíveis: o

acesso à terra, ao capital e a qualificação da mão de obra impactam nas decisões de produção e de gestão das propriedades e definem seu destino; b) o acesso às políticas públicas e à infraestrutura: políticas de preços, de acesso à mercado, de implantação de inovação tecnológica, bem como a viabilização de estradas para escoamento de produção e acesso a energia elétrica; c) as estratégias produtivas e organizacionais que os agricultores familiares utilizam para superar as dificuldades: a adoção de tecnologias de produção como o preparo e fertilização do solo, o uso de irrigação, além de ser proprietário de máquinas e implementos; a integração com o mercado por meio de especialização ou acesso a nichos de mercados, ou ainda mercados alternativos; e a integração socioeconômica, por meio da cooperação ou do associativismo.

Percebe-se, então, que a comercialização de produtos alimentícios no SIAL requer estratégias de governança coordenadas e adequadas para o desenvolvimento territorial. A abordagem possibilita a análise de arranjos econômicos, considerando as relações sociais, pois a proximidade e os laços sociais gerados influenciam nos comportamentos econômicos dos atores sociais (AMBROSINI; FILIPPI; MIGUEL, 2008). Essa proximidade entre os atores sociais é mais importante que os demais recursos existentes no território, pois permitirá a coordenação eficiente entre os atores que buscarão valorizar um conjunto de atributos pertinentes ao território, transformando-os em empreendimentos inovadores (ABRAMOVAY, 2003). Sob o ponto de vista da ECT, discutido a seguir, a coordenação entre os agentes econômicos permite a maior eficiência nas transações uma vez que reduz custos de transação. Além disso, o alinhamento de estratégias e a troca de informações resultam em escolhas individuais e coletivas que refletem no desenvolvimento territorial.

Para tanto, a confiança existente entre os atores torna-se elemento fundamental para o sucesso dessa ferramenta de ativação do território, pois permite o compartilhamento de valores e de conhecimento, além de fortalecer as relações sociais mantidas em longo prazo (AMBROSINI; FILIPPI; MIGUEL, 2008).

Nesta pesquisa optou-se por identificar a contribuição do registro de IG de café para o desenvolvimento territorial das regiões Mantiqueira de Minas e Norte Pioneiro do Paraná, considerando as dimensões: a) identidade territorial (ROCA; MOURÃO, 2003); b) papel do Estado como regulador de mercado, apoio à produção e fornecedor de assistência técnica

(CAZELLA, 2011; MEDINA et al., 2015); c) integração entre produtores e mercado (ABRAMOVAY, 2003; MEDINA et al., 2015); d) integração socioeconômica por meio de cooperação e ações coletivas (ABRAMOVAY, 2003; CAZELLA, 2011; MEDINA et al., 2015).

A coordenação dos agentes envolvidos nos sistemas agroalimentares é muito relevante para a promoção do desenvolvimento territorial. Ela pode ocorrer horizontalmente, quando alinha atividades agrícolas e não agrícolas com instituições e saberes locais, e verticalmente, considerando que o SIAL está inserido em uma cadeia produtiva, buscando atender às demandas do mercado (AMBROSINI; FILIPPI; MIGUEL, 2008). Assim, para uma melhor compreensão da coordenação e suas contribuições para o desenvolvimento territorial, além da abordagem do SIAL, foi utilizada a teoria da NEI e duas de suas vertentes: o Ambiente Institucional (regra que influenciam as decisões) e a ECT (análise das trocas realizadas entre os agentes).

A NEI é o estudo das organizações econômicas e sua relação com as instituições e os limites ditados pelas transações ocorridas entre firmas. A principal contribuição para esta teoria adveio de Coase (1937) ao criticar a visão produtivista que se tinha da firma na época, como se essa fosse somente regulada pelos mecanismos de preço. Ele defendeu que a firma do "mundo real" possui limites e que estes são delimitados pelas transações realizadas com as demais firmas. Azevedo (2000) considera que a NEI aborda a importância das instituições no desenvolvimento econômico e que sua análise é divida em dois níveis: um macroanalítico, por meio do ambiente institucional que rege as regras do jogo, e um microanalítico, que rege uma transação específica.

North (1991), principal referência na análise macroanalítica, traz em seus estudos a importância das instituições que ditam as "regras do jogo" e induzem o desenvolvimento econômico, político e social. Essas regras exercem, segundo o autor, o enforcement sobre a atividade econômica e influenciam nas decisões de escolha da estrutura de governança. Williamson (2012), referência na análise microanalítica, afirma que a ECT é uma das vertentes da NEI e, em sua análise, considera as características dos agentes (racionalidade limitada e oportunismo) e as características das transações (especificidade dos ativos, incerteza e frequência). Para o autor, essas características influenciam na escolha da estrutura de governança eficaz que permitirá a redução dos custos de transação.

Azevedo (2000) verificou a aplicabilidade da NEI na agricultura e concluiu que o ambiente institucional que a rege, tais como o direito de propriedade da terra, a política de preços mínimos, a política de segurança alimentar e reforma agrária, influencia fortemente aqueles que fazem parte dos sistemas agroindustriais. O autor também enfatiza a aplicabilidade do nível microanalítico, no que tange à perecibilidade, sazonalidade, incertezas quanto à flutuação dos preços, oferta de insumos, dentre outros, leva à necessidade de uma coordenação eficiente entre os agentes da transação.

A ECT é a teoria utilizada para compreender os arranjos estabelecidos nas trocas entre os agentes, ou seja, as transações. Ela permite analisar as estruturas de governança e a coordenação como estratégia para minimizar custos de transação e, para tanto, considera as características das transações e dos agentes envolvidos (ZYLBERSZTAJN, 2000; WILLIAMSON, 2012).

Williamson (2012) enfatiza que, além das características das transações, pressupostos comportamentais dos agentes da transação influenciam as relações contratuais, sendo esses a racionalidade limitada, que são os limites cognitivos existentes que interferem na escolha de uma estrutura de governança adequada, e o oportunismo, que é a busca do próprio interesse em detrimento do interesse do outro. Nota-se que esses comportamentos podem advir de ambos os agentes envolvidos na transação. O oportunismo não está presente em todos os contratos, contudo não se deve ignorá-lo. O agente somente agirá com oportunismo quando houver incentivos para se apropriar de quase rendas.

Para Williamson (2012), as transações diferem por três principais características: a especificidade dos ativos, a incerteza e a frequência. A especificidade de um ativo é determinada pela dificuldade de reutilização do mesmo sem que haja perda de seu valor produtivo, caso ocorra interrupções contratuais ou quebras prematuras (WILLIAMSON, 2012). Ela pode se referir a investimentos realizados com bens duráveis para atender transações específicas e que perderão seu valor caso não seja possível ser reimplantado ou encerrado o contrato, observa Williamson (2012). Elas também se traduzem, segundo Azevedo (2000), nas decisões estratégicas para atender a um mercado/cliente específico e cuja quebra contratual onera uma das partes envolvidas, desenvolvendo uma relação de dependência entre as partes envolvidas.

A especificidade dos ativos é classificada em seis tipos (WILLIAMSON, 1991; AZEVEDO, 2000; ZYLBERSZTAJN, 2000): (1) especificidade locacional, dada pela necessidade da transação ocorrer em um determinado local para que não haja perda de valor do ativo; (2) especificidade dos ativos físicos; (3) especificidade dos ativos humanos, que diz respeito ao capital humano específico empregado na transação; (4) ativos dedicados, que se refere a um retorno dependente de uma transação realizada com um agente em particular; (5) especificidade de marca, que diz respeito ao capital materializado na marca criada pela firma; e (6) especificidade temporal, que diz respeito ao tempo no qual a transação deve ocorrer para que não haja perda do valor do ativo.

Ao considerar os tipos de especificidade dos ativos propostos por Williamson (1991), verifica-se que para produtos ou serviços oriundos de um território com registro de IG há a especificidade dos ativos físicos, uma vez que as características organolépticas derivadas da genética, o modo de produção e as condições edafoclimáticas são responsáveis por definir a qualidade desses produtos. Também pode ocorrer a especificidade dos ativos humanos, quando a IG é registrada como DO e considerados os fatores humanos específicos e ligados ao know-how localizado naquela região. Há a especificidade da marca, pois apesar da IG não ser uma marca, e sim um registro, ela identifica o produto ou serviço por meio de sua origem, agregando valor ao mesmo.

As incertezas também são um importante fator gerador de custo em uma transação, pois são caracterizadas pelo desconhecimento sobre os acontecimentos futuros (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997). Na literatura, encontram-se as seguintes incertezas em uma transação: características dos agentes envolvidos, assimetria informacional, incertezas comportamentais que se traduzem em ações oportunistas de um ou mais agentes envolvidos na transação, fatores climáticos, desastres naturais, questões econômicas não previstas, dentre outros (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997; FARINA, 1999; AZEVEDO, 2000; WILLIAMSON, 2012).

Por fim, a frequência das transações se coloca como uma característica a ser considerada na escolha da forma de governança mais eficiente. Transações frequentes sinalizam às partes a segurança de que as mesmas não serão rompidas pela ação de oportunistas, o que coopera para a consolidação da reputação entre as partes celebrantes, reduz as incertezas, constrói reputação em torno da marca e, consequentemente, cria um ativo específico (FARINA; AZEVEDO;

SAES, 1997), FARINA, 1999; AZEVEDO, 2000). Isto faz com que a reputação dos agentes envolvidos na transação seja fortificada, contribuindo para que comportamentos oportunistas sejam minimizados pelo risco de se perder renda em longo prazo, afirma Farina (1999).

Essas características das transações levam à escolha de estruturas de governança capaz de promover a coordenação e redução dos custos. A escolha de governança se dá por meio da busca pela minimização dos custos de transação frente à eficiência, sendo três os tipos existentes: mercado spot, formas híbridas e integração vertical (WILLIAMSON, 1991; FARINA, 1999; MÉNARD, VALCESCHINI, 2005).

Denomina-se mercado spot quando não há um contrato que previamente determine a qualidade e o preço a ser praticado no futuro e por isso a regulamentação se dá pelo preço praticado pelo mercado (relação pura), não havendo relação de dependência entre os agentes (WILLIAMSON, 1991; SAES; SILVEIRA, 2014). Essa governança é escolhida quando os níveis de especificidade do ativo e de incerteza forem baixos e mesmo que o nível de incerteza aumente, se a especificidade dos ativos permanecer baixa, a adoção dessa governança continuará vantajosa para a firma (FARINA, 1999; ZYLBERSZTAJN, 2000).

As formas híbridas são os contratos realizados entre os agentes envolvidos na transação que apresenta aumento de incerteza e de especificidade do ativo, a fim de garantir que as incertezas presentes na mesma não venham dissolver o valor presente na quase renda gerada pela especificidade do ativo e também que não haja possíveis quedas contratuais devido à ação oportunista (MÉNARD, 2004; ZYLBERSZTAJN, 2005). Ménard (2004) afirma que os contratos são diversos e heterogêneos, podendo ser citados como exemplo as redes, franquias, marcas coletivas, parcerias e cooperativas.

Já a integração vertical ocorre quando o nível de especificidade do ativo e de incerteza for alto. Porter (1986, p. 278) define a integração vertical como a "[...] combinação de processos de produção, distribuição, vendas e/ou outros processos econômicos tecnologicamente distintos dentro das fronteiras de uma mesma empresa". Essa estrutura de governança caracteriza-se pela integração de toda a cadeia produtiva para que se tenha maior controle da mesma e, assim, minimizar os custos de transação e também os custos relativos à produção (ZYLBERSZTAJN, 2000).

Portanto, a adoção da estrutura de governança é determinada considerando o quanto a mesma minimizará os custos envolvidos nas transações. Logo, a decisão de makeorbuy será realizada de acordo com a frequência das transações em jogo, as incertezas em torno delas, do grau de especificidade dos ativos envolvidos e também das características dos agentes (MÉNARD, VALCESCHINI, 2005). Não há uma estrutura de governança ideal, devendo-se verificar quais são os atributos existentes na transação, alinhando-os às governanças existentes e posteriormente, adotar aquela que se caracterizou como a mais eficiente (FARINA, 1999). Zylbersztajn (1995) complementa ao afirmar que esse alinhamento resulta em estruturas de governanças eficientes, minimizadoras de custos de transação.

Considerando que um produto ou serviço com registro de IG constitui-se em um ativo específico e que, para reduzir os custos da transação, é necessária a coordenação eficiente dos atores sociais/agentes, que, por sua vez, são influenciados pelo ambiente institucional e concorrencial, e que, ao final, as escolhas de governança dos atores sociais/agentes poderão contribuir para o desenvolvimento territorial, fez-se necessário compreender os pontos convergentes entre a ECT e a abordagem SIAL (Figura 1).

De acordo com a abordagem do SIAL, o comportamento dos atores sociais e a relação de confiança existente são importantes na promoção do desenvolvimento territorial. Por sua vez, com base na teoria da ECT, a confiança não é uma variável sinequa non para que as transações ocorram. Porém, a confiança entre os agentes contribui para a redução dos custos de transação uma vez que reforça a reputação e diminui as incertezas associadas à mesma. Isso afeta as escolhas que levam a determinados arranjos organizacionais pelos agentes envolvidos. A construção de redes relacionais com forte reputação e confiança proporciona a solidificação do sentimento de pertença ao local e o desejo de desenvolvê-lo. Isto proporciona a construção de ações coletivas eficazes e diminui as incertezas.

Tanto com base no SIAL quanto na ECT, a coordenação é importante para o desenvolvimento do território e a para escolha de estruturas de governança que reduzam os custos de transação. A coordenação eficiente permite o fluxo de informações entre todos os elos da cadeia produtiva (FARINA, 1999), contribuindo para o compartilhamento de conhecimento e fortalecendo as relações entre os atores sociais/agentes (ABRAMOVAY, 2003).

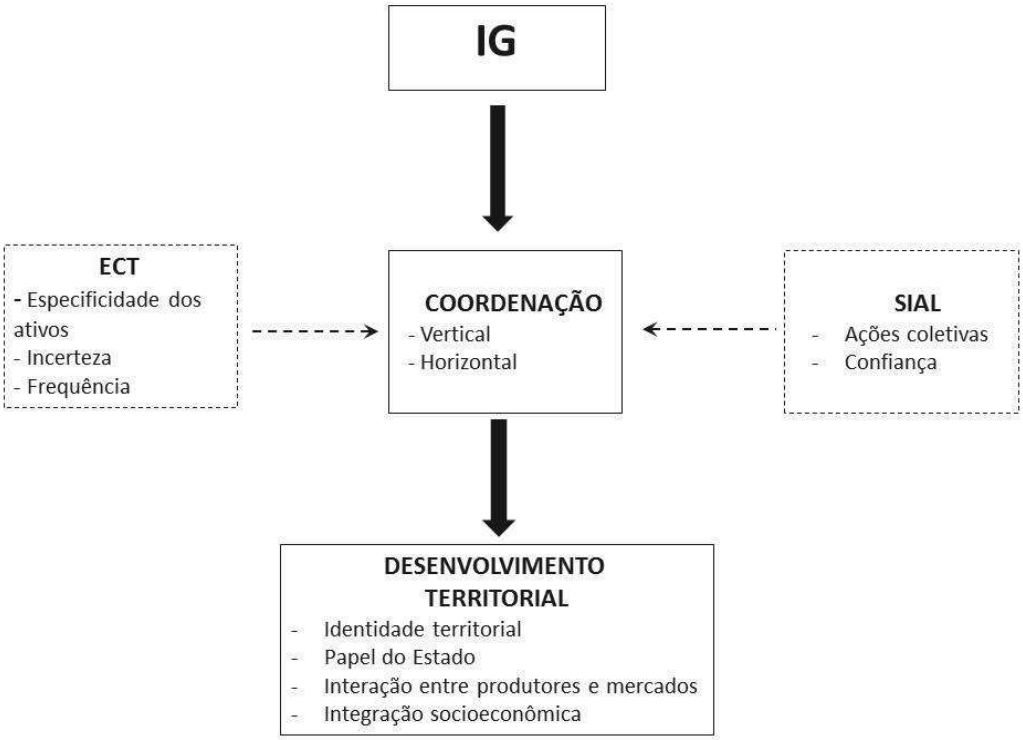

Figura 1: Estrutura analítica da pesquisa

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Requier-Desjardins (2007) ressalta que as ações coletivas no SIAL são de extrema importância, pois vários ativos são compartilhados por todos os agentes que o compõem, tais como a paisagem, o saber-fazer e a cultura. Logo, há entre os atores sociais de um SIAL uma relação de cooperação-competição, pois eles cooperam para alcançar a demanda por produtos com especificidade territorial e, consequentemente, o desenvolvimento do território, mas competem entre si no momento da comercialização.

Além disso, os produtos oriundos de SIAL são ativos específicos que atendem às características de especificidade locacional, pois são encontrados somente no território em questão e necessitam estar próximos do mercado consumidor. Percebe-se que, além da especificidade locacional proposta por Williamson (1991), identificam-se também as especificidades dos ativos físicos e dos ativos humanos em produtos oriundos de territórios ativados por meio da abordagem SIAL, devido à forte influência das variáveis materiais e

imateriais que compõem o produto final, e à especificidade temporal, considerando que esses produtos são agroalimentares e estão susceptíveis aos fatores climáticos dentre outras intempéries.

A frequência nas transações, outra característica analisada pela ECT, também é importante para o desenvolvimento de um SIAL, pois contribui para o aumento da reputação local. Logo, a partir das características das transações que estão presentes nesse produto agroalimentar, os atores que compõem o SIAL deverão escolher as estruturas de governança mais eficazes.

O Ambiente Institucional também é compreendido pela NEI e pela abordagem SIAL como fator que exerce influência sobre as decisões dos agentes na coordenação, na medida em que regulam os mercados buscando minimizar suas falhas (DAVIS; NORTH, 1970; VIEIRA; CAZELLA, 2006).

Assim, este artigo propõe a utilização da abordagem do SIAL e da teoria ECT como modelo teórico-analítico para análise da coordenação nos territórios de café com registro de IG e suas contribuições para o desenvolvimento territorial.

2 Metodologia

A pesquisa descritiva foi escolhida para alcançar o objetivo proposto, pois é utilizada quando se deseja conhecer as relações entre indivíduos ou grupos e comunidades mais complexas, considerando a vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). Os dados e os fatos observados nesse tipo de pesquisa são colhidos na própria realidade sem manipulá-los.

Visando a realizar uma análise integrada do fenômeno estudado, optou-se pela abordagem qualitativa ao verificar tudo o que o envolve, principalmente as pessoas e suas relações (GODOY, 1995). Por isso, fez-se necessário ir a campo para coletar dados e utilizar mais de um tipo de instrumento de coleta para que se tenha o maior número de informações possíveis sobre o fenômeno estudado (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para a construção do referencial teórico, utilizou-se da pesquisa bibliográfica por meio de pesquisas em bases de dados Scielo, Portal de Periódicos Capes, Web of Science, Science Direct, em sites governamentais e de

instituições reconhecidas ligadas aos temas estudados, sem restrições temporais, pois algumas publicações seminais datam do ano de 1937. A pesquisa documental foi utilizada para compreender o Ambiente Institucional que rege a IG para o café, por meio de leitura e compreensão de leis, acordos e protocolos. Para caracterizar os territórios, foram utilizadas fontes de dados secundárias e entrevistas com representantes das Associações detentoras do registro de IG, combinada com a pesquisa documental e observações in loco.

Considerando o objetivo desta pesquisa, verificou-se que o estudo de caso contribuiria para o alcance do objetivo, pois há o questionamento de como os registros de IGs favorecem a coordenação nos sistema agroalimentar de café na agricultura familiar. Yin (2005) afirma que o estudo de caso é utilizado quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", e também para fenômenos contemporâneos e inseridos em contexto da vida real. Segundo Gil (2002), o estudo de caso é utilizado com maior frequência em pesquisas exploratórias e descritivas, que visam a descobrir a razão de determinado fenômeno.

Para a escolha da amostra, levou-se em consideração que o território estudado deveria ter predominância de agricultores familiares e que essa fosse detentora de registro de IG para o café, sendo que dois territórios atendiam a esses requisitos: a Serra da Mantiqueira de Minas Gerais e o Norte Pioneiro do Paraná. Isto conduziu à opção por realizar um estudo de caso múltiplo.

Para a coleta de dados, a pesquisadora optou por aplicar formulários com perguntas abertas, pois esse instrumento permite colher o maior número de informações sobre o objeto de estudo (MARCONI; LAKATOS, 2003). A pesquisa de campo na região do Norte Pioneiro do Paraná foi realizada no mês fevereiro de 2015, e na região da Mantiqueira de Minas, no mês de março de 2015. A escolha dos entrevistados em cada região foi intencional e não probabilística. Foram aplicados 12 formulários a agricultores familiares, sendo sete em Minas Gerais e cinco no Paraná. Também foram aplicados formulários aos presidentes das Associações e de Cooperativas que realizam a comercialização dos cafés com registro de IG e outros profissionais que durante a coleta de dados, julgou-se necessário entrevistar. Durante a aplicação dos formulários, também foram realizadas observações dos locais e de documentos pertinentes à pesquisa que foram disponibilizados, com o objetivo de verificar como ocorrem as transações e a coordenação entre os agentes.

Considerando a análise da coordenação sob a luz da teoria da ECT, a pesquisadora utilizou as categorias de análise: ambiente institucional, especificidades dos ativos, incerteza, frequência e estrutura de governança (NORTH, 1991; WILLIAMSON, 1991, 2012). Para a análise da contribuição da coordenação no desenvolvimento do território sob os conceitos advindos da abordagem SIAL, as categorias de análise utilizadas foram identidade territorial, o papel do Estado; integração entre produtores e mercado; e integração socioeconômica (ABRAMOVAY, 2003; ROCA; MOURÃO, 2003; CAZELLA, 2011; MEDINA et al., 2015).

Para o aprofundamento dos casos, a pesquisadora utilizou da triangulação de coleta de dados por meio da aplicação de formulários, observações locais e de documentos. Essa técnica, segundo Triviños (1987, p. 138), "[...] tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo". A técnica contribuiu, então, para estudar o caso como um fenômeno inserido em um contexto permitindo sua compreensão na totalidade.

Para alcançar eficiência na análise dos dados coletados, optou-se por operacionalizar os conceitos encontrados na literatura, o que permitiu a observação dos mesmos e sua mensuração (GIL, 2002). Operacionalizar conceitos de variáveis, segundo Triviños (1987), permite dar um sentido prático às variáveis de difícil mensuração, como no caso das características das transações e dos agentes, tornando-as passíveis de serem observadas e medidas. Na próxima sessão, serão abordados os resultados e discussões sobre os dados coletados considerando o objetivo da pesquisa.

4 Resultados e discussões

Os territórios pesquisados estão localizados em dois Estados brasileiros que apresentam tradição e se destacam no cultivo do café: Minas Gerais e Paraná (Figura 2).

Na Serra da Mantiqueira de Minas Gerais o cultivo do café foi introduzido na região no final do século XVIII, e no Norte Pioneiro do Paraná ocorreu em meados do século XIX (FILETTO; ALENCAR, 2001; IPARDES, 2004). Após a desregulamentação do mercado de café na década de 1990, ações articuladas pelo Estado foram desenvolvidas visando a valorizar o produto. Em

Minas Gerais, foi lançado o Programa Mineiro de Incentivo à Certificação de Origem do Café, ou Certicafé, que pretendia valorizar o café produzido no estado, e posteriormente, em 2006, o Certifica Minas, cujo objetivo é certificar as propriedades que adotam boas práticas agrícolas (DUTRA; MACHADO; CASTRO, 2009). Nesse mesmo ano, no Paraná, foi criado o Programa Cafés Especiais do Norte do Paraná, que tem como objetivo estimular a produção de cafés especiais, divulgar a região como tradicional produtora de café e organizar os produtores em ações coletivas, a fim de obter certificações, inovações tecnológicas, melhoria de gestão e desenvolvimento territorial (LOURENZANI; BANKUTI; PETERSON, 2013).

Figura 2: Territórios da Mantiqueira de Minas e Norte Pioneiro do Paraná

Fonte: elaborado pelas autoras com base em INPI (2015).

Observam-se nos territórios em questão características edafoclimáticas que contribuem para a qualidade e diferenciação do café. A região da Mantiqueira de Minas Gerais apresenta variações de altitude entre 812 e 2.250m, com pluviosidade média anual acima de 1.500mm e temperaturas médias que variam entre 16 e 22 ºC, predominando as temperaturas mais baixas (ALVES et al., 2011; LUZ, 2014). Segundo Alves et al. (2011), isto contribui para o

aumento da qualidade do produto, pois a temperatura baixa adia o processo de amadurecimento do fruto, influenciando na melhora do aroma da bebida. O Norte Pioneiro do Paraná está localizado em duas regiões de planaltos separados por uma escarpa, o que permite uma paisagem uniforme. Apresenta uma variedade de tipos de solo e os mais férteis são do tipo terra roxa, com elevada fertilidade natural. Apresenta dois tipos de clima: o Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa), com verões quentes, geadas pouco frequentes e chuvas com tendência de concentração nos meses de verão, apresentando temperatura média anual de 21ºC; e o Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfb), com verões frescos e geadas severas e frequentes, sem estação seca e com temperatura média anual de 19ºC (IPARDES, 2004). Essas características edafoclimáticas, o saber-fazer e a tradição no cultivo atrelam a qualidade ao território e o caracterizam como um produto diferenciado por sua origem (BRASIL, 2010). Essa qualidade ligada ao território é também corroborada por Muchnik (2012)na abordagem do SIAL.

O registro de IG foi concedido em 2011 à Associação dos Produtores de Café da Mantiqueira (APROCAM), entidade detentora do registro e que controla o uso do mesmo. Por sua vez, a entidade é constituída por outras cinco entidades: Cooperativa Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde Ltda. (COCARIVE), Cooperativa Regional Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí (COOPERRITA), Cooperativa Agropecuária Do Vale Do Sapucaí (COOPERVASS), Sindicato dos Produtores Rurais de Carmo de Minas e Sindicato dos Produtores Rurais de Santa Rita do Sapucaí (APROCAM, 2015). Apesar de a região ter obtido o registro recentemente, as cooperativas que compõem a APROCAM têm experiência na comercialização do café, pois a maioria das entidades que a compõem foi fundada há mais de 50 anos. Já o registro do Norte Pioneiro do Paraná foi concedido a Associação dos Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (ACENPP) no ano de 2012. A ACENPP foi formada para atender ao Programa Cafés Especiais do Norte do Paraná. As principais informações sobre os territórios e a concessão do uso do registro estão sintetizadas no Quadro 1.

O Norte Pioneiro do Paraná e a Mantiqueira de Minas apresentam número semelhante de produtores de café, mas diferem quanto ao número de municípios. Os requisitos em comum estão na espécie cultivada, que deverá ser Coffeaarabica, cuja produção demanda grandes altitudes e clima ameno como observado nos dois territórios.

Quadro 1: Dados sobre as IG nos territórios da Mantiqueira de Minas e Norte Pioneiro do Paraná

IG	Mantiqueira de Minas	Norte Pioneiro do Paraná
Nº registro	IG200704	IG200903
Requerente	Associação dos Produtores de Café da Mantiqueira	Associação dos Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná
Nome geográfico	Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais	Norte Pioneiro do Paraná
País/UF	BR/MG	BR/PR
Produto	Café	Café verde em grão e industrializado torrado em grão e ou moído
Espécie	IP	IP
Depósito no INPI	03/10/2007	18/05/2009
Concessão do registro	31/05/2011	29/05/2012
Municípios abrangidos	25	45
Nº de produtores de café	7.800	7.500
Espécie cultivada	Coffeaarabica	Coffeaarábica

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em APROCAM (2015) e INPI (2015).

4.1 O Ambiente Institucional das IGs

As IGs são regidas no mundo pelo Acordo TRIPS, que considera as IGs como direito de propriedade intelectual e prevê que os membros deverão estabelecer leis que visem a não condução do público ao erro sobre a origem do produto, bem como a concorrência desleal (BRASIL, 1994). O Acordo também garante a proteção contra o uso de marca que possa ser compreendida como uma IG e assim indicar falsamente a origem do produto.

No Brasil, as IGs são reguladas pela Instrução Normativa nº 25, de 21 de agosto de 2013, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas. Essa Instrução Normativa classifica então as IGs como Indicações de Procedência (IP) e Denominações de Origem (DO). Dentre o disposto na referida Instrução Normativa, o artigo 4º prevê que o nome geográfico que se tornou de

uso comum não poderá ser registrado como uma IG. O documento também estabelece quais são os requerimentos necessários para o depósito do pedido de reconhecimento de uma IG.

Subordinado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o INPI é o responsável pela concessão de uso do registro e emissão do certificado, mesmo que ele seja para produtos agrícolas. Essa competência lhe é dada, pois as IGs são consideradas um direito de propriedade, assim como as marcas e patentes. No caso dos produtos agrícolas, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) atua oferecendo suporte técnico àqueles territórios que pretendem obter o registro. Um órgão federal ligado ao MAPA, e que tem proporcionado suporte por meio do Consórcio Pesquisa Café, é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Além dessas instituições públicas, destaca-se a importante atuação do SEBRAE no Norte Pioneiro do Paraná, que auxilia na capacitação dos produtores por meio do Programa SEBRAE de Liderança, cujo fruto foi a eleição dos jovens presidentes agricultores familiares da ACENPP e da COCENPP, e o Programa 100% Qualidade que proporciona implantação de inovação tecnológica, principalmente no que tange à superação da dificuldade de manter a qualidade do café mesmo com o clima úmido que predomina no território.

Outra instituição que exerce influencia no mercado de cafés especiais no Brasil é a Associação Brasileira de Cafés Especiais, cuja sigla é BSCA (Brazil Specialty Coffee Association). Ela tem por finalidade elevar a qualidade do café brasileiro por meio de difusão de técnicas de controle de qualidade e promoção de produtos, e também age como certificadora de café especial e para tanto, é necessário que o produtor seja associado e a propriedade seja certificada. O processo de certificação é realizado pela própria instituição. A metodologia utilizada pela BSCA é a mesma da Specialty Coffee Association of America (SCAA) (BSCA, 2015).

A BSCA é a responsável por promover no Brasil o Concurso de Qualidade Cafés do Brasil – Cup of Excellence, que, desde 2000, vem divulgando o país como produtor de café de alta qualidade e premiando os produtores vencedores do concurso, por meio dos leilões realizados pós-concurso. Esse concurso dita regras no mercado na medida em que os critérios para premiação são rigorosos e poucos são os participantes que conseguem alcançá-los.

Apesar disso, o concurso garante visibilidade ao produtor do café premiado, que poderá receber um bom preço no leilão, além de receber visitas de compradores internacionais (BSCA, 2015).

A metodologia da SCAA influencia fortemente o mercado de cafés especiais. Mesmo os cafés com certificações de terceira parte, como café orgânico, Fair Trade, UTZ Kapeh e Rain Forest, necessitam ter a bebida classificada pela metodologia. Durante as pesquisas de campo, verificou-se que os agricultores familiares do território do Norte Pioneiro do Paraná são motivados a participarem de cursos e treinamentos a fim de aprender a utilizar a metodologia para avaliar a sua produção. E isto permitiu aos agricultores um maior poder de barganha, pois agora eles alegam saber a verdadeira qualidade do seu café. Já no território da Mantiqueira de Minas, a avaliação do café por meio da metodologia é de responsabilidade da COCARIVE, quando do depósito da produção nos armazéns da cooperativa.

O uso do registro de IG está condicionado ao atendimento dos requisitos constantes nas normas de uso. Em cada território, a responsabilidade de verificar se os requisitos são atendidos e assim conceder o uso do registro é das Associações. No caso da Mantiqueira de Minas, a APROCAM é a detentora do uso e a COCARIVE, uma das entidades que compõem a APROCAM, é a responsável por verificar o atendimento dos requisitos. No Norte Pioneiro do Paraná, a detenção do uso do registro é da ACENPP, que também verifica o atendimento aos requisitos, e nesse caso, são os próprios produtores que realizam a verificação. O Quadro 2 sintetiza os requisitos[6] de cada território.

Considerando a classificação dos lotes, verifica-se que o Norte Pioneiro apresenta uma norma mais abrangente, permitindo o uso do registro de IG para diferentes classificações de café. No entanto, isso implica na possibilidade de uso do registro em cafés com qualidade inferior, o que pode comprometer seu reconhecimento junto ao mercado consumidor. A classificação do lote para café industrializado é encontrada somente na norma do Norte Pioneiro do Paraná.

6 *É importante salientar que o regulamento de uso cedido pela APROCAM para análise era o que constava no site da Mantiqueira de Minas e apenas para café verde. Durante a realização da pesquisa, houve atualizações no site e as informações para o café verde não mais constavam e surgiu o regulamento para café torrado e moído (APROCAM, 2016).*

O depósito dos lotes necessita ser realizado em locais pré-determinados em ambas as regiões. No caso da Mantiqueira de Minas, as cooperativas que compõem a APROCAM têm estrutura que permite a estocagem do produto. Mas, no Norte Pioneiro do Paraná, esse depósito necessita ser realizado em armazéns credenciados à ACENPP, pois tanto a associação quanto a Cooperativa dos Produtores de Cafés Certificados e Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (COCENPP), responsável por escoar a produção certificada Fair Trade, não têm estrutura física para isto.

No que tange à avaliação segundo a metodologia SCAA, verifica-se que, na Mantiqueira de Minas, estabelece uma nota mínima para uso do registro de IG mais alta que o Norte Pioneiro Paranaense. Nesse território, há duas pontuações passíveis de serem alcançadas: pontuação mínima de 80 pontos para ser considerado especial, e pontuação mínima de 60 pontos para café classificado como superior e, ainda assim, ser comercializado utilizando o registro da IG. Verifica-se novamente que no Norte Pioneiro do Paraná a regulamentação apresenta maior abrangência e flexibilidade.

Além dessas normas técnicas, os regulamentos de ambos os territórios preveem que o produto seja passível de ser rastreado e que haja compromisso dos produtores com a responsabilidade socioambiental e com alguns quesitos a serem alcançados em curto, médio ou em longo prazo.

Observou-se, com base na pesquisa de campo, que as exigências determinam a alocação de recursos e estratégias adotadas nas propriedades rurais, pelo menos naquelas inseridas em mercados de maior valor. Há muitas incertezas envolvidas nesse processo devido a fatores incontroláveis como climáticos ou comportamento dos preços no mercado. No entanto, percebe-se que o objetivo do uso do registro de IG em ambos os casos está relacionado à proteção do território contra a ação de oportunistas que desejam se aproveitar da reputação de cada região. Essa afirmação é bastante presente no Norte Pioneiro Paranaense que tem utilizado o registro de IG basicamente para identificar o território.

Quadro 2: Comparação dos requisitos para uso dos registros Mantiqueira de Minas e Norte Pioneiro do Paraná

IG	Mantiqueira de Minas	Norte Pioneiro do Paraná	
Classificação do lote	Mínima de tipo 4 (quatro), isto é, com um máximo de 26 (vinte e seis) defeitos, com cor verde ou esverdeada.	Café em grão verde – tipo igual ou inferior a 4 (no máximo 26 defeitos) para o café especial e tipo igual ou inferior a 6 (no máximo 86 defeitos) para o café superior	Café industrializado – a) Gourmet: para cafés em grão verde, adquiridos com a classificação "Café Especial"; b) Superior: para cafés em grão verde, adquiridos com a classificação "Café Superior".
Classificação da bebida	Mínima de 83 pontos na metodologia SCAA, atestada por pelo menos dois degustadores das cooperativas associadas à APROCAM.	Café especial: mínimo de 80 pontos metodologia SCAA. Café superior: mínimo de 60 pontos metodologia SCAA.	Café Gourmet: 7,3 pontos na classificação do PQC.[7] Café Superior: nota igual ou superior a 6 pontos na classificação do PQC.
Depósito do lote	Em armazéns da COCARIVE, COOPERRITA e/ou COOPERVASS, devidamente preparado, enviando para avaliação organoléptica a amostra real do mesmo.	Em armazéns devidamente credenciados pela ACENPP	
Outros requisitos	Rastreabilidade e responsabilidade socioambiental quanto à mão de obra, segurança no trabalho e meio ambiente.	Rastreabilidade e segurança alimentar, responsabilidade social e responsabilidade ambiental.	

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em APROCAM (2015, 2016) e INPI (2015).

4.2 A Coordenação nos Sistemas Agroalimentares de café com registro de IG

Na Mantiqueira de Minas, verificou-se que, apesar de ser detentora do registro de IG desde 2011, as transações iniciaram somente em outubro de 2014. Antes disto, o registro de IG era utilizado para proteger o território, coibindo ações oportunistas de produtores de outras regiões que transacionavam suas

7 *Programa de Qualidade do Café da ABIC.*

produções como se fossem originárias do território. Durante a pesquisa, observou-se que os agricultores familiares desse território também transacionam café com outras certificações, tais como Fair Trade, Certifica Minas, UTZ Kapeh e Rain Forest. Essas certificações contribuíram para que os requisitos da IG fossem alcançados.

Após a colheita, os lotes de café são depositados na COCARIVE para beneficiamento e armazenagem. Antes de receber o lote, a cooperativa realiza a prova do café segundo a metodologia da SCAA, a fim de verificar a qualidade do café e a pontuação da bebida. O café verde com registro de IG é comercializado em sacas de 60 kg identificadas com um selo que contém o nome do produtor, da propriedade e do município, além do código de barra para rastreabilidade. Neste ponto, o produto está pronto para ser transacionado.

No Norte Pioneiro do Paraná, verificou-se que, apesar do território ter o registro de IG desde 2012, não havia, até o momento da realização da pesquisa, transações realizadas com o uso do registro de IG, tanto para café verde quanto para café torrado e moído. Os entrevistados informaram que o registro tem sido utilizado para proteger o território contra ações oportunistas e dar visibilidade à qualidade superior do café produzido na região. Por vezes, o café ali produzido foi comercializado como sendo de outras regiões do país, o que desmerecia a qualidade e os esforços demandados pelos atores sociais desse território que desejavam ser reconhecidos como produtores de café de qualidade. Para analisar a coordenação nesse território, consideraram-se as transações realizadas com a certificação Fair Trade, cujo atendimento aos requisitos contribuem para o acesso ao registro de IG pelos agricultores familiares. Na Figura 3, as transações são descritas nos territórios pesquisados.

É importante ressaltar que, nos territórios pesquisados, os produtores são cooperados e seguem o estatuto determinado pela cooperativa. Isto por si só consiste numa forma híbrida, uma vez que há contrato que rege o comportamento dos agentes. Essa escolha de governança é considerada híbrida de base relacional, segundo Ménard (2004). Caracteriza-se o escoamento da produção por meio da cooperativa como T1.

No caso do registo de IG e da certificação Fair Trade, a cooperativa é a responsável pela venda do produto para o comprador, caracterizando a T2. Essa transação é realizada segundo a demanda do comprador e ocorrendo anualmente. O comprador entra em contato com cooperativa e informa quais

as características do café que ele deseja adquirir. A cooperativa compõe os lotes a partir de um ou mais produtores que concordaram com a venda. Um item que é mandatório na T2 é a pontuação mínima da metodologia da SCAA.

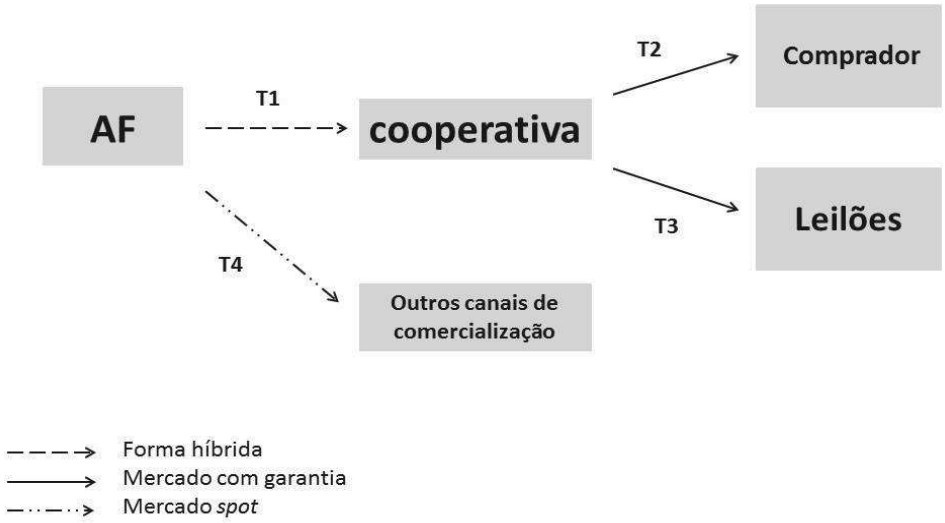

Figura 3: Esquema da transação nos territórios com registro de IG para café

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

A T2 é realizada por meio de contrato compra e venda cujas cláusulas determinam os atributos do café e a quantidade a ser transacionada, bem como o preço e prazos de entrega e de pagamento. Apesar da existência de um contrato, verifica-se que essa escolha de governança caracteriza-se como mercado spot, pois não há intenção de recorrência da transação. A cada nova transação, realizam-se novas negociações e não há definição de que o comprador continuará transacionando com a cooperativa. Contudo, observa-se uma frequência relacional nas transações que tem como base a reputação do território, o que Gonçalves (2014) definiu como "mercado com garantia".

Verificou-se que no Norte Pioneiro do Paraná a morosidade em completar um contêiner é maior, pois o agricultor familiar não necessariamente escoa toda a sua produção por meio da cooperativa. Se sua produção atingir a pontuação da metodologia SCAA para cafés especiais e os requisitos necessários para a certificação Fair Trade e, desejando comercializar com essa certificação, o agricultor familiar escolherá a forma híbrida de governança, escoando sua produção por meio da cooperativa (T1). Contudo, caso não alcance a

pontuação, ele pode escoar sua produção no mercado interno, como café commodity (T4). Por isto, há esforços da ACENPP e da COCENPP para que o agricultor familiar invista na qualidade do café.

De acordo com a pesquisa de campo, o café com registro de IG é um ativo específico na medida em que o mesmo apresenta as seguintes características propostas por Williamson (1991): a) especificidade locacional: a cooperativa que transaciona a produção está situada na mesma região dos produtores de café com IG; b) especificidade dos ativos físicos: pois há investimentos realizados para melhorar a qualidade do café e alcançar os requisitos exigidos pelas certificações de terceira parte e que contribuem para o alcance dos requisitos de concessão de uso do registro de IG, tais como aquisição de equipamentos e maquinários; c) especificidade de marca: apesar de a IG ser um registro e não uma marca, verifica-se que há um capital materializado na medida em que o registro agrega valor ao café do território determinando sua origem; d) especificidade temporal: o café é um produto perecível e apesar de ter um tempo de perecibilidade maior do que muitos produtos agroalimentares, durante a pesquisa verificou-se que a qualidade do café é mantida na medida em que o lapso temporal entre a colheita e a transação for menor. Café "velho" perde a qualidade e, consequentemente, perde pontos na metodologia SCAA, podendo deixar de ser classificado como especial.

Considerando ainda que os territórios pesquisados são tradicionais no cultivo do café, e a qualidade está intrinsicamente ligada às condições edafoclimáticas, não sendo possível reproduzi-lo em outro território, pode-se considerar que o café com registro de IG é um ativo com especificidade territorial, como afirmado por Ambrosini, Filippi e Miguel (2008).

Verifica-se uma terceira transação identificada via mercado (T3) que é aquela realizada por meio dos leilões que ocorrem após os concursos de qualidade de café. Estas transações são pontuais, no momento do concurso com aquele lote específico, não havendo relação de dependência entre produtor e comprador, caracterizando um mercado spot (WILLIAMSON, 1991).

No território da Mantiqueira de Minas, a COCARIVE participa de todas as transações. Nesse caso, a cooperativa é um importante elo de coordenação, pois o agricultor familiar escoa grande parte de sua produção por meio da cooperativa que intermedia a transação com o comprador (T1). Além de ser

intermediadora da transação, ela possibilita o armazenamento da produção, identifica os melhores lotes e os direciona para os compradores que desejam adquirir café com atributos específicos (T2) e também para participação nos concursos de qualidade (T3). Observa-se que a COCARIVE, enquanto elo deste Sistema Agroalimentar, permite a coordenação eficiente na medida em que facilita o fluxo de informação entre o agricultor familiar e o comprador. Esse fluxo é percebido no trabalho de realização da prova do café segundo a metodologia SCAA, que, além de qualificar o produto, direciona a produção para a comercialização com mercados segmentados que pagam um preço prêmio melhor. Isto tem estimulado o agricultor familiar a manter a qualidade de sua produção e utilizar o registro de IG.

Considerando a coordenação no território da Mantiqueira de Minas, com base na abordagem SIAL, verifica-se que há, entre os agricultores familiares entrevistados, uma relação de cooperação, na medida em que eles compartilham do conhecimento adquirido para produzir um café com qualidade superior e trabalham em esquema de mutirão em época de colheita. Isto também é identificado ao escoarem a produção pela cooperativa, pois esse arranjo permite transpor as dificuldades da comercialização individual do agricultor individual.

No Norte Pioneiro do Paraná, apesar de não haver a comercialização com o registro de IG no momento de realização da pesquisa, a COCENPP demonstra ser um importante elo entre o agricultor familiar e o comprador de café especial com certificação Fair Trade. Essa certificação garante um preço prêmio para o produtor e para a cooperativa. Contudo, os entrevistados relatam dificuldades enfrentadas pela cooperativa para alcançar escala com café especial, pois parte dos produtores tem segurado sua produção desejando alcançar preços melhores. Essa ação interfere na qualidade, pois o tempo de armazenamento interfere nas pontuações na metodologia SCAA. Isso justifica a intenção da cooperativa de firmar contrato entre produtor e cooperativa. Dentre as cláusulas que comporão o contrato, haverá uma que prevê um adiantamento ao produtor, para garantir fluxo de caixa. Esse valor será determinado por um índice e a diferença será paga quando a comercialização do contêiner ocorrer e o pagamento forem efetuados pelo comprador. Essa foi a forma de enforcement encontrada pela cooperativa para que seja capaz

de coibir vendas diretas. Interessante notar que se trata de um mecanismo de incentivo e não de punição.

Assim, verifica-se que, para que a IG do Norte Pioneiro do Paraná seja utilizada de forma eficaz, há que se superar essa incerteza relacional entre produtor e cooperativa para que a coordenação entre esses atores sociais seja eficaz. Foi observado que esse trabalho de superação de incerteza e aumento da confiança entre os atores sociais tem sido realizado em parceria entre a ACENPP, a COCENPP e o SEBRAE. O trabalho em conjunto dessas entidades tem motivado o pequeno produtor de café para que ele alcance uma produção de café passível de ser classificado como especial. Isto permitiu o acesso às certificações que agregam valor ao café. Consequentemente, os agricultores familiares acessaram novos mercados e reduziram assimetrias de informação. Contudo, verificou-se que, por ser recente a sua constituição, falta estrutura adequada para realizar os testes de qualidade do café e armazéns para armazenamento da produção.

Ao analisar a coordenação sob a luz da abordagem do SIAL, verifica-se que no Norte Pioneiro do Paraná há o trabalho de valorização do território, mas diferentemente do observado na Mantiqueira de Minas, esse trabalho está mais direcionado ao agricultor familiar, buscando a sua valorização e sua inserção no mercado de cafés especiais. Esses atores têm contribuído para o compartilhamento de informações e cooperam na medida em que participam ativamente das ações coletivas, realizadas pela ACENPP e da COCENPP. Os presidentes dessas entidades são agricultores familiares que buscam estimular os produtores de café do território para produzir um café de qualidade e reputação reconhecida.

Considerando as estruturas de governança utilizadas, verifica-se que nos territórios as cooperativas são um importante agente no Sistema Agroalimentar de café com IG. Contudo, a qualidade e preços do café estão atrelados a atributos mensuráveis representados pela pontuação de acordo com a metodologia SCAA. As certificações de terceira parte, como Fair Trade, UTZ Kapeh e Rain Forest, atestam exigências ambientais e sociais e rastreabilidade. O registro de IG, atestando a origem, assume um papel secundário como facilitador de acesso aos mercados. Observa-se que o principal fator que condiciona a transação de cafés especiais é a pontuação alcançada na metodologia SCAA.

4.3 Contribuições da IG para o desenvolvimento territorial

Para identificar as contribuições das IGs para o desenvolvimento territorial, a presente pesquisa considerou as dimensões identidade territorial, papel do Estado, integração entre produtores e mercado, e integração socioeconômica. Essas dimensões estão alicerçadas nos estudos de Abramovay (2003), Roca e Mourão (2003), Cazella (2011) e Medina et al. (2015).

No que tange à identidade territorial, a pesquisa de campo evidenciou que os atores entrevistados reconhecem os territórios como produtores de cafés especiais e se sentem orgulhosos quando são reconhecidos como produtores. Há nos territórios atividades turísticas voltadas para o café, com rotas, festas e feiras. Contudo, nem todas essas atividades estão diretamente relacionadas à IG. Somente a FICAFÉ, feira realizada no Norte Pioneiro do Paraná em parceria com a ACENPP, COCENPP e SEBRAE, conta com a participação efetiva dos produtores de café da região e evidencia o Programa de Cafés Especiais do Norte do Paraná. Essas ações se melhor articuladas e coordenadas poderão vir a fortalecer o sentimento de pertencimento ao território, contribuindo para o desenvolvimento dos mesmos, na medida em que ativa o território e proporciona o fomento da economia local como um todo, conforme afirmado por Requier-Desjardins (2007).

Considerando o papel do Estado, verifica-se que há várias instituições federais e estaduais que auxiliaram no processo para obtenção do registro de IG e que contribuem para com a capacitação da mão de obra e a assistência técnica. Dentre elas, podem-se citar o MAPA, o INPI, a EMBRAPA, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) na região da Mantiqueira de Minas, e o Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR) no Norte Pioneiro do Paraná. A Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Universidade de São Paulo (USP) promoveram cursos de capacitação na Mantiqueira de Minas. Já o Instituto Federal do Sul de Minas tem proporcionado assistência técnica para os agricultores da região do Norte Pioneiro do Paraná.

O Estado exerce o papel de regulador, na medida em que concede o uso do registro de IG aos territórios que se destacam pela notoriedade e reputação de um produto ou serviço, valorizando-os e protegendo-os de ações oportunistas. Ao observar a participação do Estado nos territórios pesquisados, verifica-se que há uma participação maior no território da Mantiqueira de Minas se

considerarmos o número de instituições que tem contribuído para acessar o uso do registro e também na assistência técnica e de capacitação de mão de obra. Conclui-se que, na medida em que o Estado tem exercido o papel de regulador e de apoio, ele tem contribuído para o desenvolvimento de cada território pesquisado, conforme citado por Cazella (2011) e Medina et al. (2015).

No tocante à integração com o mercado, verifica-se que os territórios têm investido em acesso ao nicho de mercado de cafés especiais para superar as oscilações de preço do mercado de commodity. As estruturas de governanças adotadas na T2 podem não ser as mais adequadas para a coordenação, considerando o proposto por Zylbersztajn (2005) e Williamson (2012), mas elas têm contribuído para aproximar o comprador do produtor, na medida em que o primeiro demonstra interesse e visita o território do qual se origina o café especial adquirido. Para tanto, verificou-se que os agricultores familiares estão se especializando na produção de café especial, sobretudo para alcançar maior pontuação. Ao melhorar a qualidade do café, os agricultores familiares têm a possibilidade de se inserirem em outros mercados, sobretudo os mercados segmentados e os nichos de mercados. A inserção em nichos de mercado e a especialização da produção são tratadas por Medina et al. (2014) como importantes estratégias para o desenvolvimento. Verifica-se, ao longo da pesquisa, que os atores sociais têm buscado a inserção e a manutenção nesses nichos de mercado, na medida em que buscam qualidade superior e fomentam os demais agricultores familiares a se adequarem às boas práticas agrícolas que levam à qualidade superior.

Considerando a integração socioeconômica, no território da Mantiqueira de Minas, a COCARIVE é a entidade coletiva que intermedia a comercialização do café. O controle de qualidade realizado pela a cooperativa foi apontado como fator positivo pelos entrevistados, pois reduz custos que teriam caso viessem a contratar empresa especializada na realização desse controle. A cooperativa também funciona como fiel depositária dos lotes de café. Nesse caso, o produtor paga uma taxa por saca de café estocado e opta pelo canal de distribuição que julgar mais atrativo (T4). Essa taxa também é cobrada quando o café é vendido por meio da cooperativa.

A pesquisa de campo revelou que há forte atuação da agricultura familiar na associação e cooperativa no Norte Pioneiro do Paraná. Os presidentes são agricultores familiares e os demais são motivados a participarem dos núcleos

que compõem a ACENPP, com atuação efetiva nas decisões e planejamentos para o território. Em material de divulgação elaborado pelo SEBRAE, ACENPP e COCENPP, cujo conteúdo pode ser acessado durante a pesquisa, foi possível observar o seguinte depoimento do presidente da ACENPP sobre a importância do associativismo: "Se não for por meio do associativismo, a atividade não é sustentável. Cada localidade deve amadurecer ainda mais. Percebemos hoje que a melhor forma para nos organizarmos é por meio dos núcleos, para que cada um possa ser atendido conforme suas necessidades" (INOVAÇÃO..., 2015).

Essa afirmação também é corroborada pelo presidente da COCENPP em fala extraída do mesmo material:

> Temos que ter um diferencial no nosso produto e isso vai desde a correção do solo até a pós-colheita. O que vemos é que quando estamos sozinhos, uma pedra pequena se torna um grande obstáculo, mas unidos, vemos que não há obstáculo e sim algo a ser resolvido em conjunto. (INOVAÇÃO..., 2015).

Considerando a escolha de governança adotada na T1, verifica-se que a forma híbrida estabelecida entre produtores e cooperativa é a adequada para o desenvolvimento dos territórios pesquisados. Não são somente os ganhos obtidos pela redução dos custos de transação que são percebidos (MENÁRD, 2004). Há também o compartilhamento de informações e de valores entre os atores sociais, as implantações de inovações tecnológicas, a valorização das potencialidades do território, ou seja, do saber-fazer, da cultura, da história e meio ambiente. Esses fatores foram observados durante a pesquisa e estão alinhados com os trabalhos de Abramovay (2003) e Cazella (2011).

Esses ganhos fortalecem as ações coletivas e a identidade territorial, na medida em que os atores sociais buscam alcançar os interesses comuns a eles e o resultado dessa ação impacta no desenvolvimento do território.

5 Conclusões

A presente pesquisa revelou que o registro de IG tem sido utilizado nos territórios pesquisados para evidenciá-los como produtores de café de qualidade cuja reputação está atrelada à origem. Isto ocorre principalmente no Norte Pioneiro do Paraná que, até no momento da pesquisa, não comercializava o

produto com o uso do registro, apesar de o mesmo ser passível de utilizá-lo. A pesquisa revelou que, no mercado de cafés especiais, o item mandatório é a pontuação aferida pela metodologia SCAA,sendo que as demais certificações e registros trazem informações complementares ao desejo do consumidor.

O registro de IG tem permitido com que a identidade territorial seja fortalecida nos atores sociais ligados à produção de café especial. Contudo, verifica-se que as ações relacionadas ao turismo necessitam ser mais articuladas no sentido de vincular o turismo à imagem do café especial e assim fomentar o mercado local e, consequentemente, o desenvolvimento dos territórios.

No que tange à coordenação vertical, verifica-se a importante atuação das cooperativas para que o café com registro de IG seja direcionado aos mercados segmentados e nichos de mercados, sobre tudo os internacionais. Apesar de a teoria demonstrar que, neste caso, a escolha de governança ideal seria a forma híbrida nas transações entre a cooperativa e o comprador, verificou-se que a governança "mercado com garantia" tem sido a melhor escolha na medida em que tem havido frequência nas transações com o comprador, reduzindo a incerteza na medida em que aumenta a reputação.

Sobre a coordenação horizontal, conclui-se que as ações coletivas nos territórios têm permitido a redução da assimetria da informação, na medida em que compartilham do conhecimento gerado. No caso específico do Norte Pioneiro do Paraná, verificou-se que há uma forte preocupação em capacitar e inserir os agricultores familiares no mercado de cafés especiais e o Estado e o SEBRAE tem dado suporte a essas ações coletivas, por meio de assistência técnica e capacitação de mão de obra.

Assim, a pesquisa revelou que, sob a ótica da NEI, a coordenação vertical envolvendo agricultores familiares de café no território com IG foi eficiente uma vez que promoveu o fluxo de informação e o alinhamento de estratégias, assim reduziu os custos de transação envolvidos. No que tange ao SIAL, a eficiência da coordenação horizontal é demonstrada na medida em que os atores sociais têm unidos esforços para alavancar o território como um todo para que ele seja reconhecido como produtor de cafés especiais e escoe sua produção para os mercados segmentados e nichos de mercados.

Por isto, considerando que esta pesquisa analisou como os registros de IGs favorecem a coordenação do sistema agroalimentar de café na agricultura

familiar e quais suas contribuições para o desenvolvimento territorial, conclui-se que os registros de IG nos territórios pesquisados têm promovido, principalmente, a coordenação horizontal, na medida em que reforça os laços entre os atores sociais que compõem o território.

Contudo, as conclusões não podem ser generalizadas, dado o número reduzido de entrevistados. Assim, para pesquisas futuras, sugere-se a realização de um estudo mais amplo. Considerando a agricultura familiar, é interessante verificar nos demais territórios detentores de registro de IG para verificar como se dá a inserção destes no mercado de cafés especiais e o acesso ao uso do registro.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Editora HUCITEC; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALVES, H. M. R.; VOLPATO M. M. L.; VIEIRA T. G. C.; BORÉM F. M.; BARBOSA J. N. Características ambientais e qualidade da bebida dos cafés do estado de Minas Gerais. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 32, n. 261, mar./abr. 2011.

AMBROSINI, L. B.; FILIPPI, E. E.; MIGUEL, L. A. SIAL: análise da produção agroalimentar a partir de um aporte territorialista e multidisciplinar. **Revista Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 6-31, jan./jun. 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE CAFÉ DA MANTIQUEIRA – APROCAM. **Região**. 2015. Disponível em: <http://www.mantiqueirademinas.com.br/>. Acesso em: 22 set.2015.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE CAFÉ DA MANTIQUEIRA – APROCAM. **Região**. 2016. Disponível em: <http://www.mantiqueirademinas.com.br/origin>. Acesso em: 5 jan.2016.

AZEVEDO, P. F. Nova Economia Institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.

BLUM, R. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 57-106.

BOUCHER, F.; MUCHNIK, J. **Agroindustria Rural**: recursos técnicos y alimentación. San José, CR: CIRAD-CIID-IICA. Programa Cooperativo de Desarollo Agroindustrial Rural, 1995.

BRASIL. Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994.Promulgo a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 dez. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1355.htm>. Acesso em: 13 abr. 2015

_____. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 maio 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm>. Acesso em: 13 abr.2015.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 2 set. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio**: Módulo II, indicação geográfica. Brasília: MAPA, Florianópolis: SEaD/UFSC/FAPEU, 2010.

BRAZIL SPECIALTY COFFEE ASSOCIATION – BSCA. **A BSCA**. Disponível em: <http://bsca.com.br/a-bsca.php>. Acesso em: 16 dez.2015.

BUAINAIN, A. M.; PIRES, D. Reflexões sobre Reforma Agrária e Questão Social no Brasil – NEAD. **Reforma Agrária**, v. 1, p. 1-47, 2003.

_____.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 312-347, jul./dez. 2003.

BUREAU DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA DO CAFÉ. **Relatório Internacional de Tendências do Café**. v. 3, n. 9, p. 1-15, out. 2014. Disponível em: <http://www.icafebr.com.br/publicacao2/Relatorio%20v3%20n9.pdf>. Acesso em: 19 out.2014.

CAZELLA, A. A. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. In: FROEHLICH, J. M. (Org.). **Desenvolvimento territorial**: produção, identidade e consumo. Ijuí: Editora Unijuí, 2011. p. 15-52.

CERDAN, C. Indicações geográficas e estratégias de desenvolvimento territorial. In: NIEDERLE, P. A. (Org.). **Indicações geográficas**: qualidade e origem dos mercados alimentares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p. 125-150.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

CHAMPREDONDE, M.; VITROLLES, D.; CASABIANCA, F.; CERDAN, C. La pampa como indicación geográfica para diferenciar carnes vacunas em Argentina y en Brasil: motivaciones y limitantes. **Agroalimentaria**, v. 20, n. 38, p. 35-52, enero/junio 2014.

COASE, R. H. The Nature of the Firm. **Economica, New Series**, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.

DAVIS,L.;NORTH,D.Institutional Changeand American Economic Growth: A First Step Towardsa Theory of Institutional Innovation.**The Journal of Economic History**, v. 30, n. 1, p. 131-149, mar. 1970.

DÖRR, A. C.; GROTT, U. The role of certification in the brazilian fruit sector. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 539-571, set./dez. 2009.

DUTRA, D. R.; MACHADO, R. T. M.; CASTRO, C. C. Ações públicas e privadas na implantação e desenvolvimento da indicação geográfica do café em Minas Gerais. **Informe Gepec**, v. 13, n. 1, jan./jun. 2009.

FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Gestão & Produção**, v. 6, n. 3, p. 147-161, dez. 1999.

_____.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. **Competitividade**: mercado, estado e organizações. São Paulo: Editora Singular, 1997.

FILETTO, F.; ALENCAR, E. Introdução e expansão do café na região sul de Minas Gerais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 3, n. 1, jan./jun. 2001.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014**. Sobre. O que é agricultura familiar? Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>. Acesso em: 12 jan. 2015.

FROEHLICH, J. M.; DULLIUS, P. R.; LOUZADA, J. A.; MACIEL, C. R. A agricultura familiar e as experiências de Indicações Geográficas no Brasil meridional. **Agrociencia Uruguay**, v. 14, n. 2, p. 115-125, jul./dez. 2010.

FROEHLICH, J. M.; VENDRUSCOLO, R. A construção social da identidade territorial Quarta Colônia – tramas e sentidos da narrativa. In: FROEHLICH, J. M. (Org.). **Desenvolvimento territorial**: produção, identidade e consumo. Ijuí: Editora Unijuí, 2011. p. 305-352.

GIESBRECHT, H. O.; MINAS, R. B. A. de; GONÇALVES, M. F. W.; SCHWANKE, F. H. **Indicações geográficas brasileiras**: Brazilian geographical indications: Indicaciones geográficas brasileñas. Brasília: SEBRAE, INPI, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa – Tipos Fundamentais. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GONÇALVES, L. A. **Estruturas de governança em sistemas de cafés certificados**: um estudo entre produtores e cooperativas no sul de Minas Gerais. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A.M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUILHOTO, J. J.M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C.R.; MOREIRA, G.R.C. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados. In:ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35.,Recife, 2007. **Anais eletrônicos**... Recife: ANPEC, 2007.p. 1-18. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>. Acesso em: 4 set. 2014.

INOVAÇÃO e tecnologia: Cafés especiais do Norte Pioneiro do Paraná. Jacarezinho: SEBRAE; ACENPP; COCENPP, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI. **Serviços**: Indicação Geográfica. Pedidos de Indicação Geográfica concedidos e em andamento. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em: 21 dez. 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Leituras regionais**: Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES; BRDE, 2004.

KAPLINSKY, R.; FITTER, R. Technology and globalisation: who gains when commodities are de-commodified? **Int. J. Technology and Globalisation**, v. 1, n. 1, p. 5-28, 2004.

KHOURY, C. K.; BJORKMANC, A.D.; DEMPEWOLFD, H.; RAMIREZ-VILLEGASA, J.; GUARINOF, L.; JARVISA, A.; RIESEBERGD, L. H.; STRUIKB, P.C. Increasing homogeneity in global food supplies and the implications for food security. **PNAS**, v. 111, n. 11, p. 4001-4006, 2014.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? In: BUAINAIN, A. M.; ALVES; E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. 1. ed. Brasília: Embrapa, 2014. p. 1013-1045.

LOURENZANI, A. E. B. S. **Condicionantes para inserção de pequenos produtores em canais de distribuição**: uma análise das ações coletivas. 2006. 218 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

_____.; BANKUTI, S. M. S.; NOGUEIRA, C. R.; VOLPI, A. V. Indicações geográficas e agricultura familiar no Brasil. In: CONGRESSO DE GESTÃO DE TECNOLOGIA LATINO-IBEROAMERICANO – ALTEC 2013, 15., 2013, Porto. **Anais**... Porto: ALTEC, 2013. p. 1-16

_____.; BANKUTI, S. M. S.; PETERSON,H. Geographical Indicationand Lafs Sustainability: evidences from specialty coffee from the Norte Pioneiro regionin Brazil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SIAL, 6., 2013, Florianópolis. **Anais**... Florianópolis, 2013. p. 1-21.

LOURENZANI, W. L.; SOUZA FILHO, H. M. de. Gestão integrada para a agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 67-93.

LUZ, M. P. S. **Estudo da relação dos fatores climáticos com a qualidade do café da Mantiqueira de Minas**. 2014. 84 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014.

MAERTENS, M.; SWINNEN, J. F.M. Standards as barriers and catalysts for trade, growth and poverty reduction. **Journal of international agricultural trade and development**, v. 4, n. 1, p. 47-62, 2008.

MAFRA, L. A. S. **Indicação Geográfica e construção do mercado**: a valorização da origem no Cerrado Mineiro. 2008. 123 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDINA, G.; ALMEIDA, C.; NOVAES, E.; GODAR, J.; POKORNY, B. Development conditions for family farming: lessons from Brazil. **World Development**, v. 74, p. 386-396, 2015.

MÉNARD, C. The Economics of Hybrid Organizations. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, Berlim, v. 160, n. 3, p. 345-376, sept. 2004.

_____.; VALCESCHINI, E. New institutions for governing the agri-food industry.European **Review of Agricultural Economics**, v. 32, n. 3, p. 421-440, 2005.

MUCHNIK, J. Sistemas agroalimentarios localizados: evolución del concepto y diversidad de situaciones. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL "SISTEMAS AGROALIMENTARIOSLOCALES", 3., **Proceedings**… Baeza, Jaén: ALTER, 2006. p. 1-21.

_____. Localised Agrifood Systems: concept development and diversity of situations. Annual Meetings of the Agriculture, Food, and Human Values. **Proceedings**… Pennsylvania: State College, 2009. p. 1-20.

_____. Sistemas agroalimentarios localizados: desarrollo conceptual y diversidad de situaciones. In: SALCIDO, G. T.; TORRES, R. M. L. **Los sistemas agroalimentarios localizados**: Identidad territorial, construcción de capital social e instituciones. Colección Alternativas. 1. ed. México: Imprensa Juan Pablos, 2012. p. 25-42.

NIEDERLE, P. A. Controvérsias sobre a noção de indicações geográficas enquanto Instrumento de desenvolvimento territorial: a experiência do vale dos Vinhedos em questão. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009. Porto Alegre. **Anais**... Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 1-22.

_____. A. O mercado vitivinícola e a reorganização do sistema de indicações geográficas na região do Languedoc, França. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 14, n. 2, p. 155-173, 2012.

NORTH, D. C. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. de. **Café e território**: a cafeicultura no Cerrado Mineiro. Campinas: Editora Alínea, 2012.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1986.

POULTON, C.; DORWARD A.; KYDD, J. The Future of Small Farms: New Directions for Services, Institutions, and Intermediation. **World Development**, v. 38, n. 10, p. 1413-1428, 2010.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REQUIER-DESJARDINS, D. Systèmes agroalimentaires localisés et qualification: une relation complexe. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, 1., 2007, Florianópolis. **Anais eletrônicos**... Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://nmdsc.paginas.ufsc.br/files/2011/05/Requiers_Desjardins_Systemes_agroalimentaires_localises_et_qualification.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2015.

ROCA, Z.; MOURÃO, J. C. Identidade e desenvolvimento territorial entre a retórica e a prática. **Revista de Humanidades e Tecnologias**, n. 9, p. 102-110, 2003.

SAES, M. S. M.; SILVEIRA, R. L. F. da. Novas formas de organização das cadeias agrícolas brasileiras: tendências recentes. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES; E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. 1. ed. Brasília: Embrapa, 2014. p. 296-316.

SCHMIDT, C. M., SAES, M. S. M.; MONTEIRO, G. F. de Á. Value creation and value appropriation in networks: an empirical analysis of the role of geographical indication in the wine industry in Vale dos Vinhedos, RS, Brazil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 3, p. 343-362, 2014.

SCHNEIDER, S.; NIERDELE, P. A. Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G.; FARIAS NETO, A. L. **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina: Embrapa Cerrados; Brasília: Embrapa, Informação Tecnológica, 2008. p. 988-1014.

SPECHT, S.; RÜCKERT, A. A. Sistema Agroalimentar Local: uma abordagem para a análise da produção de morangos, no Vale do Caí, RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – XLVI SOBER, 46., 2008, Rio Branco. **Anais eletrônicos**... Rio Branco: 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/274.pdf >. Acesso em: 4 set.2014.

SPECIALTY COFFEE ASSOCIATION OF AMERICA – SCAA. **Resources**. U. S. Specialty Coffee Consumption Report. Disponível em: <http://scaa.org/PDF/SCAA_Consumption_Infographic.pdf>. Acesso em: 21 jan.2015.

TEUBER, R. Geographical Indications of Origin as a Tool of Product Differentiation: The Case of Coffee. **Journal of International Food & Agribusiness Marketing**, v. 22, n. 3/4, p. 277-298, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A. Desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais: subsídios para a elaboração de um modelo de análise. In: SEMINARIO INTERNACIONAL TERRITORIOS RURALES EN MOVIMIENTO, 2006, Chile. **Anais**... Santiago do Chile: IDRC-CRDI, 2006. p. 1-13.

VIEIRA FILHO, J. E. R. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES; E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. 1. ed. Brasília: Embrapa, 2014. p. 395-421.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-56.

WILLIAMSON, O. E. Comparative Economic Organization: The Analysis of Discrete Structural Alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 269-296, jun. 1991.

_____. **As instituições econômicas do capitalismo**: firmas, mercados, relações contratuais. Tradução de Frederico Araujo Turolla. São Paulo: Pezco Editora, 2012.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZYLBERSZTAJN, D. Economia das Organizações. In: _____; NEVES, M. F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 23-38.

_____. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness**: uma aplicação da Nova Economia das Instituições. 1995. 239 f. Tese (Doutorado em Administração) – Departamento de Administração, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. Papel dos Contratos na Coordenação Agro-Industrial: um olhar além dos mercados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 43, n. 3, p. 385-420, 2005.

Recebido em: 10/02/2016.
Aceito em: 29/11/2016.

Coordination on Family farming and territorial development: the case of coffee geographical indications

Abstract

Geographical Indications are registrations used to ensure the quality and reputation of a product by connecting it to its source, reducing information asymmetries and protecting the territory from opportunistic action. Considering the difficulties faced by farmers to access markets, this research examined how these registrations favor the coordination in the agrifood coffee system for family farmers. It also identified the contribution to territorial development, specifically within the Mantiqueira region in Minas Gerais State and in Norte Pioneiro region in Paraná State. The New Institutional Economics supported the analysis of vertical coordination, considering the choice of efficient governance structure. Localized Agrifood System supported understanding horizontal coordination and territorial development. A multiple case study was carried out and the results indicated that Geographical Indications promote horizontal coordination as it strengthens the links between social actors that comprise the territory.

Keywords: Family farming. Geographical indications. Coordination. Territorial development.